

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D618 A diversidade e as questões políticas, históricas e culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86002-67-6

DOI 10.22533/at.ed.676202003

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Mudanças tecnológicas no século XXI fronteiras se aproximam por meio do mundo virtual, com elas intensificam migrações, as desigualdades, a globalização capitalista, os fundamentalismos, a luta pela terra e pela igualdade de direitos assumem outros formatos. Com ela transformam as formas de resistência com novas estratégias para um acelerada exploração capitalista, enfrentamento ao racismo, ao machismo, xenofobia, à LGBTIfobia, fundamentalismo político e religioso, à intolerância religiosa se intensificam pelos diferentes espaços do mundo. Fronteiras são quebradas e passagens são rompidas por uma vida cibernética, mudam se as relações das pessoas, os negócios entre os países, ideologias, posicionamentos políticos e governos. Circularam e aproximaram novos olhares sobre o mundo, conceitos, preconceitos, sustentabilidade. Aproximaram e fizeram circular visões de mundo, valores, sujeitos, conceitos, preconceitos, visões sobre o meio ambiente, sobre a sustentabilidade. Vários foram os motivos que o foco mudou, sujeitos sociais passam buscar o seu lugar de fala, seu protagonismo social e político, organizados ou não em movimentos sociais. E quando se organizam, estão vinculados àqueles que levantam bandeiras emancipatórias de gênero, raça, idade, deficiência. Esse conceito de emancipação versa em uma articulação de perspectivas que combinam desde a visão democrática-igualitarista de sociedade, a uma visão socialista e, até mesmo, políticas públicas para a diversidade.

Aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero na sala de aula contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. É o que diz comunicado divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. No texto, a Unesco propõe que a legislação e os planos educacionais brasileiros incorporem perspectivas de educação em sexualidade e gênero. De acordo com o comunicado, isso se torna ainda mais importante porque a educação é compreendida como processo de formar “cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações”. De acordo a Unesco, o ensino de gênero nas escolas é primordial para prevenir e extirpar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero. “Diante de recentes fatos ocorridos no país, no que se refere à violência sexual, a Unesco no Brasil reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros], sendo contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativo.” O assunto é polêmico e alvo de embates entre entidades ligadas a direitos humanos e grupos religiosos, que alegam, entre outros argumentos, que o debate de gênero incentiva a homossexualidade. A questão chegou a ser excluída do Plano Nacional de Educação (PNE) por pressão de parlamentares conservadores, e de planos estaduais e municipais de educação. Os planos definem metas e estratégias para a educação desde o ensino infantil até a pós-

graduação e tratam também da formação de professores e financiamento do setor. As metas devem ser cumpridas até 2024. Para a Unesco, debater essas questões em sala de aula é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos. A intenção é que as escolas ensinem aos estudantes que todas as pessoas são iguais, independentemente da identidade de gênero, e que existem diversas orientações sexuais, que devem ser respeitadas. “As desigualdades de gênero, muitas vezes evidenciadas pela violência sexual contra meninas, expõem a necessidade de salvaguardar marcos legais e políticos nacionais, assim como tratados internacionais, no que se refere à educação em sexualidade e de gênero no sistema de ensino do país”, diz a agência das Nações Unidas. Um dos compromissos dos países-membros da Organização das Nações Unidas é garantir o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelo Brasil e todos os outros Estados-membros da ONU em 2015. Entre os 17 objetivos globais da agenda, está a garantia de ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes, e a promoção da educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos. Em março, a Unesco divulgou o Atlas de Desigualdade de Gênero na Educação, que mostra que, no mundo, quase 16 milhões de meninas entre 6 e 11 anos nunca irão à escola. O número é duas vezes maior que o de meninos. Entre eles, no mundo, 8 milhões nunca frequentarão as salas de aula.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS	
Bruna Araújo de Melo Ferreira Ialy Virgínia de Melo Baía	
DOI 10.22533/at.ed.6762020031	
CAPÍTULO 2	16
GÊNERO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS BRASILEIROS	
Carla Rezende Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.6762020032	
CAPÍTULO 3	27
CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS GÊNEROS E SUA INFLUÊNCIA NOS RELACIONAMENTOS SORODIFERENTES PARA O HIV/AIDS	
Celestino José Mendes Galvão Neto Juliana Rodrigues de Albuquerque Ana Alayde Werba Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.6762020033	
CAPÍTULO 4	38
A VIOLÊNCIA E SUAS DIFERENTES FORMAS	
Gustavo Nogueira Dias Wagner Davy Lucas Barreto Gilberto Emanuel Reis Vogado Eldilene da Silva Barbosa Natanael Freitas Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.6762020034	
CAPÍTULO 5	48
O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro Célio Marcos Colombo Molteni depois de Paulo Melissa Camilo Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges Fernando Sabchuk Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020035	
CAPÍTULO 6	67
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO(S): DIÁLOGO INTRODUTÓRIO ENTRE SIMMEL E TEORIA QUEER	
Adriana Nolibos Baccin	
DOI 10.22533/at.ed.6762020036	

CAPÍTULO 7	79
MULHERES À MARGEM DA MATERNIDADE NA LITERATURA NEGRA	
Fernanda Mota Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020037	
CAPÍTULO 8	89
PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018)	
Jonas Modesto de Abreu	
Daliila Rodrigues Barros	
Leonardo Aires de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6762020038	
CAPÍTULO 9	100
MORRO DA CONCEIÇÃO: HISTÓRIA DE FÉ E CULTURA QUE SE ENTRELAÇA NO SUBÚRBIO DA CIDADE	
Lucy Patrícia da Silva de Farias	
Severino Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6762020039	
CAPÍTULO 10	112
REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 56ª LEGISLATURA (2019-2022)	
Jonas Modesto de Abreu	
Bruno Henrique Martins de Almeida	
Leonardo Aires de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.67620200310	
CAPÍTULO 11	129
RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO: AS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM SÃO PAULO	
Natália Yukari Mano	
DOI 10.22533/at.ed.67620200311	
CAPÍTULO 12	140
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DAS ESCOLAS MINEIRAS: ENFOQUES LEGAIS SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES	
Aline Claudino de Castro	
Débora Felício Faria	
DOI 10.22533/at.ed.67620200312	
CAPÍTULO 13	152
TRANSVESTIGENES CONTRA O ESTADO	
Beatriz Souza de Araujo	
Dhiego Felipe Pereira Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.67620200313	
CAPÍTULO 14	186
SEXUALIDADES E TRAMAS NARRATIVAS, UM MERGULHO COM ARTISTA LEONILSON	
Karlene da Silva Andrade	
Juliana Silva Chagas	
DOI 10.22533/at.ed.67620200314	

SOBRE A ORGANIZADORA.....	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS

Data de aceite: 17/03/2020
Data de submissão: 04/12/2019

Bruna Araújo de Melo Ferreira

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário
Tiradentes
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4535997449345085>

Ialy Virgínia de Melo Baía

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário
Tiradentes
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/0584705551975742>

RESUMO: Este trabalho estuda o sistema prisional de uma maneira histórica, compreendendo a mulher como vítima da violência e da desigualdade de gênero dentro desse espaço, visto que a prisão muitas vezes culmina no processo de invisibilidade do indivíduo, acaba potencializando essa invisibilidade na mulher, uma vez que esta já vivencia essa realidade socialmente. O estudo faz uma análise de conteúdo baseada na teoria de Laurence Bardin, na qual observa a influência da construção social e subjetiva da mulher para com violação da dignidade da mesma no ambiente prisional. A finalidade da pesquisa se baseia na investigação da visão dessas mulheres sobre a instituição, buscando promover assim o cuidado acerca do direito

destas nesse espaço. Com isso, pretende-se auxiliar futuras pesquisas.

Palavras-chave: Prisão; Mulher; Invisibilidade.

GENDER AND PRISON: THE IMPACTS OF THE PRISON SYSTEM ON THE SOCIAL INEQUALITY AND INVISIBILITY OF WOMEN EMPRIOSIONED IN THE STATE OF ALAGOAS

ABSTRACT: The present paper historically studies the prison system, understanding woman as being victim of violence and gender inequality in this locus, since frequently the prison system culminates in the process of the human invisibility and potencializes such invisibility in woman, for they are already living this social structure. This study makes an analysis of content based in the theory of Laurence Bardin, which observes the influence of the social and subjective construction of the woman, relative to the violation of dignity in the prison system. This investigation aims towards the search of woman's point of view about this institution for the promotion of care over their rights in such locus. We expect, with this study, to help future investigations.

KEYWORDS: Prison; Woman; Invisibility.

1 | INTRODUÇÃO

O surgimento das instituições prisionais,

associado historicamente à deserção das penas cruéis, marca um provável processo de humanização das penas. Na Idade Média, o *processo de pena* era aplicado de diversas formas, as pessoas eram detidas pelos pés, mãos e pescoços, eram atados, amarrados e acorrentados em praça pública, violentados fisicamente e moralmente (GIACÓIA, HAMMERSCHIMDT, FUENTES, 2011). A Igreja com o passar do tempo passou a se integrar das penas, aplicando penitências aos hereges e pecadores, sendo consideradas prisões religiosas ou eclesiásticas, onde a internação ocorria para que o infrator buscasse o arrependimento através das orações ou meditações (COSTA, 1953). Com o passar do tempo, a comunidade religiosa passa a perder seu poder, abrindo caminhos para que os castigos de ordem penal se tornassem responsabilidade do poder do Estado.

Para Goffman (1961), a discussão a respeito de prisão pode ser situada a partir do que ele chama de instituições totais. Nessas instituições, existe o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas, ou seja, todas as atividades direcionadas a vida de uma pessoa são realizadas em conjunto e sob uma única autoridade.

Dessa forma, até os mínimos fragmentos das atividades do indivíduo estão submetidos aos julgamentos e avaliações daqueles que comandam a instituição. As instituições totais seguem uma mesma lógica, e pode-se confirmar isso a partir da fala Foucault (1978, p.90):

O sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos, há apenas um passo. O internamento seria assim a eliminação espontânea dos “a-sociais”; a era clássica teria neutralizado, com segurança eficaz – tanto mais segura quanto cega – aqueles que, não sem hesitação, nem perigo, distribuímos entre as prisões, casas de correção, hospitais psiquiátricos ou gabinetes de psicanalistas.

As instituições totais são definidas como algo que começa com uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente mortificado. A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo extrínseco confirma a primeira mutilação do eu. De acordo com Goffman (1961, p. 91) o exercício de veneração para com os superiores constitui esse processo de destruição da identidade pessoal:

Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. A mobilidade social entre os dois estratos é grosseiramente limitada; geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente prescrita.

A instituição prisional veio como uma parábola da sociedade disciplinar, segundo Foucault (1986), a forma-prisão veio a surgir mesmo antes do aparelho judiciário, quando criaram diversos processos para dividir os indivíduos e classificá-los, tirando

dos mesmos suas forças e o máximo de tempo possível, analisando e controlando o comportamento, dominando seus corpos e produzindo um saber para torná-los úteis. Essa forma de preparo fez com que as instituições denominadas prisões pudessem existir na sociedade antes mesmo que as penas fossem definidas por lei.

As práticas judiciárias se tornaram a forma de julgamento que o homem impôs a determinados indivíduos em relação ao erro cometido, instituindo a eles a reparação das suas ações e a punição de outras. Essas práticas são regulares, modificadas através da história e foram com essas formas que a sociedade definiu diferentes tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte a relação entre o homem e a verdade, ou seja, formas de diferenciar as pessoas na sociedade. Esse efeito *panóptico* provoca nos indivíduos uma posição consciente e constante de visibilidade que atesta a manutenção automática da estratégia de poder.

A partir da inserção da burguesia no poder, estes indivíduos começaram a serem vistos como um bem social e útil à produção de riquezas (CUNHA, 2010). Nessa concepção, o cárcere se encontra dentro da análise de Foucault relacionado à *biopolítica do poder*, onde a intervenção do estado na vida dos indivíduos favorece a criação de corpos economicamente consideráveis.

O critério social do presídio, junto ao conceito de pena privativa, situa-se, desde a sua elaboração, dentro de um mar de declínio e recessão, onde seu propósito teórico baseado na ressocialização representa o disfarce de uma construção histórica por soberania, fundamentada por relações de poderes criadas a partir da inaptidão política do indivíduo apenado (FATTORELI, 2014). Desta forma, Foucault enfatiza:

O fracasso da prisão foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo em que o seu próprio projeto. Desde 1820, constata-se que a prisão, longe de transformar os criminosos em pessoas honestas, só serve para fabricar novos criminosos, ou para enterrar ainda mais os criminosos na criminalidade. Foi então que houve como sempre acontece no mecanismo de poder, uma utilização estratégica do que era inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são, finalmente úteis, tanto no domínio econômico como no domínio político [...] (FOUCAULT, 2010, p. 162).

Visto isso, é perceptível que os propósitos das instituições prisionais são aparentemente sintéticos, pois “*a prisão é uma espécie de teatro artificial e coercivo*” (GIACÓIA, HAMMERSCHIMDT, FUENTES, 2011, p. 144) onde seu propósito é nulo quando se observa a quantidade de efeitos negativos que esta traz para a personalidade e vida do condenado. Além das diversas rupturas de laços familiares e relações humanas, tal instituição deixa com o preso a estigmatização pós-cárcere, impedindo seu regresso à vida social:

A prisão fabrica indiretamente delinquentes ao fazer cair na miséria sua família: a mesma ordem que manda para a prisão o homem reduz cada dia a mãe à penúria e os filhos ao abandono; a inteira à vacância e mediocridade. Sob esse ponto de vista, o crime ameaça perpetua-se (FOUCAULT, 1986, p. 153).

Por muitos anos, o cárcere foi tratado como uma realidade para homens. Atualmente, são poucos os estudos direcionados a questão do cárcere feminino. Para tratar do aprisionamento feminino, é necessário refletir a questão de que a mulher não conheceu a prisão durante as mudanças que ocorreram durante a modernização penal e a escolha pelo cárcere- castigo. O poder punitivo é um poder de gênero que submeteu, historicamente, a mulher não somente a um controle que aborda sua classe e raça, mas principalmente sua condição pelo gênero feminino (CANDIDO, 2006).

2 | A MULHER E O CÁRCERE

Os primeiros registros sobre as mulheres brasileiras aprisionadas aconteceram no ano de 1870, quando foi elaborado o Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. O relatório indicou que entre 1869 e 1870, 187 mulheres escravas tinham passagem pelo sistema penal. Não existem dados específicos sobre os locais onde essas mulheres eram destinadas, mas devemos nos atentar ao fato de que esse registro reflete na relação já estabelecida entre as mulheres negras e o Sistema Penitenciário feminino: a punição está direcionada aos corpos negros. Constam em alguns estudos que umas das primeiras formas de prisões aplicadas no Brasil foram as prisões-navios, onde as mulheres eram presas junto aos homens e escravos nas embarcações (TORRES, 2016).

Após o Decreto-Lei nº 12.116 ficou disposta a criação do “Presídio de Mulheres”, inaugurado em 21 de abril de 1942, o qual permaneceu até 1973 sob a administração das freiras da Congregação do Bom Pastor D’Angers. Meses mais tarde, no Rio de Janeiro, fora decretada a lei nº 3.971 que dispôs da criação da Penitenciária Feminina da Capital da Federal, administrada também por freiras da mesma congregação até o ano de 1955 (ARTUR, 2009). É curioso observar a diferença estrutural das penitenciárias femininas na época de criação, as mesmas eram semelhantes a casas ou conventos, sem agentes penitenciários ou agentes policiais na administração, mas sim freiras da Congregação sob o poder da igreja católica.

Inicialmente, o Estado brasileiro não dava importância aos estabelecimentos penitenciários femininos. Esse é um fato que reflete na doutrina Criminológica Crítica, que aponta a ideia de que as mulheres são mais frágeis que os homens, logo, sobre mais vitimização do que criminalização (TORRES, 2016). O lugar na mulher dentro do cenário da criminalidade é uma construção de significantes imaginárias sociais sobre a sua história e sua visão de mundo que estão fincadas na cultura da dominação masculina.

De acordo com Cunha (1994) o ambiente prisional pode tornar a mulher encarcerada um ser não “situável”. Esse ambiente é terminante na vida da mulher, pois esta ao entrar no contexto penitenciário passa a apresentar uma nova identidade e acredita que esta identidade pode ser fixada ao papel de presidiária e que marcará a sua vida após a sua saída da prisão. Por se tratar de um ser relacional, a separação e

o abandono causado pelo encarceramento também é uma ameaça a essa identidade. Por isso, a mulher nessa condição é duplamente sentenciada: pelo crime efetuado e pelo impedimento de realizar suas atividades familiares.

De acordo com o INFOPEN MULHERES (2014) a maioria das mulheres que são aprisionadas é jovem, com idades equivalentes entre 18 e 24 anos, o que corresponde a 27%, ao mesmo tempo em que a faixa etária de 25 a 29 anos soma 23%. Portanto, as jovens constituem 50% da população carcerária feminina. Foi constatado que 57% delas são solteiras, 26% possuem alguma relação ou uma união estável e 9% são casadas. Essa proporção se justifica pela predominância dos jovens nos presídios brasileiros. Sobre escolaridade, 50% das mulheres privadas de liberdade não completaram o ensino fundamental, 10% concluíram o ensino fundamental e 14% atingiram o ensino médio. Nota-se que 62% das mulheres encarceradas no Brasil foram condenadas pelo tráfico de drogas (INFOPEN, 2016).

3 | CÁRCERE FEMININO EM ALAGOAS

Segundo o INFOPEN (2014) o estado de Alagoas teve 444% de crescimento percentual da população feminina no período entre 2007 e 2014, sendo o estado com maior evolução dessa população no país. Em 2007, havia 62 detentas e, em anos contínuos de crescimento, a massa de prisioneiras atingiu a marca de 337 mulheres, em 2014. Sendo feita uma comparação, no mesmo período, a quantidade de homens presos em alagoas fora de 250%. Dados da Secretaria de Defesa Social de Alagoas comprovam que em 2013, 55% das mulheres encarceradas no estado estavam presas por tráfico de drogas (ALAGOAS, 2013).

Outra condição que faz as mulheres entrarem no mundo do tráfico, diz respeito aos relacionamentos amorosos com parceiros traficantes, como afirma Costa (2008, p. 3), ao descrever sobre as questões afetivas das mulheres encarceradas no estado de Alagoas:

Na rede de sociabilidade do tráfico de drogas, as mulheres, que não ocupam os mesmos lugares que os homens, acabam por reproduzir práticas de assujeitamento nas relações de afeto que vivem com o traficante. Como consequência, envolvem-se mais profundamente com drogas e chegam a ser presas por tráfico [...] as ações relacionadas às drogas nem sempre estão ligadas ao caráter mercadológico do tráfico, mas são na realidade exercidas em nome de relações afetivas que essas mulheres estabelecem com os homens.

Em Alagoas, o tráfico de drogas se apresenta de forma preocupante, principalmente em alguns bairros periféricos da cidade de Maceió. Apesar de o tráfico ser tratado como uma das categorias do crime organizado, verifica-se que existem práticas isoladas associadas ao pequeno comércio varejista de drogas, que aparece como forma de sustento de famílias inteiras. Além disso, aqueles que possuem um ciclo vicioso entre o uso e venda de drogas acabam por serem presos e condenados

como traficantes.

Nota-se que 62% das mulheres encarceradas no Brasil foram condenadas pelo tráfico de drogas (INFOPEN, 2018). Existe uma hierarquia na organização do tráfico, onde as mulheres se encontram nas funções chamadas de “microtráfico”, que é responsável pela venda de crack e pequenas quantidades de cocaína e maconha. Essas mulheres não possuem nenhuma influência na organização do crime então, mesmo estas sendo afastadas, o tráfico continuará. As mulheres que se encontram nas bocas de fumo, local onde é realizado o tráfico, perdem seu estado de vitimização a partir do seu sexo e passam a sofrer criminalização.

4 | METODOLOGIA

A pesquisa se deu inicialmente a partir de uma revisão bibliográfica como fundamentação da problemática aqui levantada, fornecendo os subsídios teóricos para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica acerca do Sistema Carcerário Feminino como mais um potencializador da desigualdade de gênero.

Como instrumentos metodológicos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas de cunho qualitativo, descritivo e exploratório. Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada se caracteriza a partir de questionamentos básicos que são apoiados em hipóteses que se conectam ao tema da pesquisa. Tais questionamentos dariam utilidade a novas hipóteses a partir das respostas obtidas.

Como método de análise, foi utilizada a perspectiva de Laurence Bardin, que é configurada como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que usa de procedimentos ditos objetivos e sistemáticos capazes de descrever os conteúdos das mensagens. A análise de conteúdo permite ir para além do campo objetivo e adentra o conteúdo simbólico da comunicação (BARDIN, 1977).

5 | ANÁLISES E DISCUSSÕES

5.1 Vida pré-cárcere

Ao realizarmos a pesquisa, nos deparamos com autores que retratam a pobreza e a criminalidade como algo de relação continua na sociedade em virtude de um sistema punitivo que vem sujeitar progressivamente indivíduos a privação de liberdade, indivíduos em sua maioria e em preferência os pobres, os negros, os marginalizados e os desprovidos de poder (DARKE & KARAN, 2012). A partir desse ponto, abrimos a discussão sobre a desigualdade de classes, um tema que aparece nas entrelinhas dos relatos colhidos quando discorrermos sobre a vida das mulheres anteriores ao cárcere.

No diálogo com Jandira sobre sua infância, adolescência e vida adulta, a mesma cita:

“A minha adolescência não foi fácil, na minha adolescência eu não estudava, a

partir dos oito anos o meu pai e minha mãe, é... Educou a gente trabalhando no campo, tipo roça, só serviço pesado. Então não tive muita infância [...]” (Jandira).

“A gente era muito espancada, nós tinha sofrimento bastante [pausa] meu pai era muito cruel, aos 17 anos nós fomos (sic.) fugindo de casa, cada uma foi procurando um destino, aí eu também fugi de casa também, botei uma roupa por cima da outra e fugi de casa, procurar vida melhor, achando que ia procurar uma vida melhor, até procurei estudar, mas não tive paciência, não tenho paciência pros estudo (sic.)” (Jandira).

Na presente sociedade capitalista, onde o ter se torna muito mais interessante do que o ser, observa-se que os jovens da periferia das grandes cidades do Brasil são frequentemente vítimas de violência e criminalidade, como consequência de um violento processo de criminalização que a questão social vem sofrendo, e que atinge a classe subalterna (SANTOS & SILVEIRA, 2013). Isso pode ser exemplificado a partir do relato de Jandira:

“Saí de lá do Joaquim Leão e voltei pra Murici, aonde foi tudo que foi minha vida foi em murici, sou de lá. O que é que acontece, quando eu chego lá minha família tinha saído do sítio tava morando em murici já, já tava passando dificuldade, meus pai (sic.) não era aposentado, meu pai tava doente (sic.) minhas irmãs tava (sic.) sofrendo muito separada do marido com 4 filho (sic.), aí eu continuei, aí eu reforcei mais ainda o tráfico de droga, pra comprar bujão, pra sustentar a casa, pra ajudar, porque tava (sic.) uma tristeza muito grande, ninguém gostava de ver, desconforto pra dormir, e tudo, acho que você entende, você imagina” (Jandira).

Torres (2016) fala sobre o perfil das presidiárias como um perfil de mulheres negras, jovens, solteiras e sem educação básica completa, pobres e componentes do “microtráfico”. Ou seja, o perfil da mulher criminalizada. São mulheres marginalizadas por não se encaixarem no perfil da mulher vitimizada, branca, escolarizada, casada. Assim, encontram-se em alto estado de vulnerabilidade à criminalização. Em contraponto, deparamos-nos com o relato de Lúcia, abrindo uma exceção na nossa discussão acerca dessa problemática:

Eu tive uma infância muito feliz né? Meus pais tinham uma condição de vida social muito boa né? Eu estudei em escolas particulares sempre, me formei em direito só que eu nunca peguei o meu diploma né? Na verdade, com vinte e três anos eu fiz intercâmbio aos 20, fui estudar, e quando voltei me casei, com um italiano descendente de italiano, tive três filhas, e a partir daí a minha vida parou como mulher porque aí eu fui cuidar das minhas filhas, meu ex- marido tava [sic.] sempre mudando de país e sempre foi complicado. Fui pra Recife, cometi esses delitos. Aí eu fui morar na Europa, em diversos lugares, fui morar por aí aprendendo a delinquir, aprendi a ser hacker e tudo aquilo de computador, assim, usei a minha inteligência que Deus me deu para né? Delinquir sem necessidade, real né?

Apesar de sua classe social ser diferente da maioria das mulheres sentenciadas, Lúcia continua sendo uma mulher que sofre as consequências da vida na prisão:

Aqui é um laboratório, você aprende desde onde vem até os nomes e eu não mudei o vocabulário porque era uma coisa minha, mas assim, a gente começa a perceber

o que é, o que quer dizer uma palavra, você começa a aprender. Assim, esse mundo, ele pra mulher, é um mundo preconceituoso do mesmo jeito né? Como é pra gente lá fora? Nada muda aqui. Assim, principalmente o preconceito porque, é tipo assim, uma mulher não pode errar (Lúcia).

5.2 O sistema cruel

A problemática da desigualdade de gênero também está presente no sistema prisional. Encontramos uma esfera estatal na defesa penal voltada especialmente para o trato com os homens e residualmente para as mulheres. As poucas políticas públicas existentes fecham os olhos para as peculiaridades das mulheres encarceradas (PIMENTEL, 2015).

Por se encontrarem em situação de encarceramento, inclusive em um *Regime Disciplinar Diferenciado*, é visto que se manifestam uma séria de situações negativas que afetam suas condições de vida, colocando-as em um período de longo estresse. Este é um ponto muito citado durante as entrevistas como algo que Goffman (1961) classifica como a mortificação do eu:

A gente vive trancada, isso não é presídio pra ser pra mulher, isso é presídio pra homem, isso não existe, já era pra gente ter saído daqui, era pra gente ter ido pra esse núcleo ressocializador, mas até hoje a gente espera, é só promessa negativa, é só palavra de ilusão, só iludindo, só iludindo, tipo a gente, como fosse ninguém, somos esquecida (sic.) às vezes a gente tá no trabalho e começa a pensar nas outras que ficam, que ficam na cela, muito difícil porque é muito trauma. Já tá uns dois anos ou mais de RDD aqui que esse presídio não era pra ser um presídio pra gente, esse presídio aqui mexe muito com o psicológico da gente (Jandira).

A implementação do RDD é proporcional à ofensa sofrida por essa população pela falta de segurança da coletividade e dos demais presos que venham a cometer faltas graves, nas quais são geradas ações da ordem interna dos presídios, resultando em penas cruéis, na tortura e no tratamento desumano ou degradante. Isso vem desvalorizar o princípio da humanização das penas, tornando o RDD um sistema inconstitucionalizado (SOBREIRA, 2012). A forma cruel do RDD foi um aspecto notado através dos discursos destas que estão inclusas nele:

E esse regime é muito duro, o RDD, é um regime de homens que nos acabou sabe? A gente aprende a lutar com aquilo que é difícil, aquilo que não nos mata, nos fortalece né? Não nos matou mas nos deixou em pé. Aqui a gente muda a nossa consciência. Um lugar onde você não tem comida, onde você não tem a sua família, onde você passa dificuldade [choro] onde você é até mesmo molestada porque você é diferente do outro, eu nesses cinco anos já sofri muito bullying, aprendi a me defender (Lúcia).

A fala de Lúcia expressa o que Foucault (1986, p. 223) relata sobre a prisão como “*uma espécie de teatro artificial e coercivo*” onde seu propósito é nulo quando se observa a quantidade de efeitos negativos que esta traz para a personalidade e vida do condenado, permitindo, além de tudo, a ruptura de laços familiares e relações humanas.

É com a visão dos autores Goffman (1961), Giacóia, Hammerschmidt e Fuentes (2011) sobre a mortificação sistemática do eu - fomentadas pelas instituições -, que conseguimos detectar as consequências deste sistema relacionado à personalidade do indivíduo e a vida da condenada:

Nem dormir direito eu tô conseguindo. tenho que me dopar, se eu quiser dormir direito eu tenho que me dopar, tenho que escutar muita coisa, é muita picuinha, provocação... piada. Nós somos obrigados a conviver, nós somos obrigados a suportar muitas coisas difíceis, muitas coisas difícil (sic.) mesmo (Jandira).

Porque pra vista das pessoas de lá de fora a gente somos [sic.] as piores pessoas do mundo mas não é assim a gente somos gente somos [sic.] pessoas, temos coração, sentimentos, fizemos o errado? fizemos, mas é como diz eu quero me ressocializar (Bia).

Eu tinha uma vida e eu vou sair com outra vida (Lúcia).

Quando se fala de abandono, deparamos-nos com pesquisas que citam a inconsideração familiar em relação à mulher presa, provocando um maior sentimento de solidão. Contudo, defrontamos-nos com relatos que mostram a própria resistência da mulher para com a visita de familiares, buscando distanciá-los dessa realidade hostil:

Meu filho veio fazer uma visita assistida e eu disse pra ele não vir porque [choro] eu não quero ele aqui acho que não é pra ele esse lugar me ver presa, vir numa visita. Meus dois irmão [sic.] não vem eles dizem que não tem estado emocional pra me ver presa eles dois são muito apegado a mim (Bia).

Quanto à discussão sobre os papéis sociais femininos, é observado que essas instituições de reclusão também são marcadas pela forte construção discursiva do gênero, onde as habilidades que são ofertadas e desempenhadas pelas detentas são as domésticas, o artesanato e o trabalho em creches ou maternidades. Como trazem Bia e Lúcia em seus relatos:

Lá na fábrica é dois setores [sic.] é a corte costura e a serigrafia, eu sou do corte costura, tem o artesanato também né (Bia).

Já fui representante do berçário uma época (Lúcia).

A prisão, enquanto instituição, considerou necessária a separação entre gêneros para aplicar tratamentos diferenciados. Com essa medida, buscava-se uma educação restauradora no sentido de legalidade e de trabalho nos homens presos, enquanto para as mulheres era prioritário reinstalar o sentimento de pudor (ESPINOZA, 2003). Assim sendo, fica claro que a ação das políticas públicas de ressocialização reforçam os papéis sociais já colocados, visto que as atividades efetuadas estão restritas àquelas vinculadas ao papel feminino estereotipado.

Entretanto, percebemos através dos relatos, que o trabalho é algo bom pra elas, pois as tiram do ócio e da rotina instalada no sistema penitenciário:

O trabalho foi uma coisa que veio, foi a melhor coisa que me aconteceu dentro do sistema penitenciário, foi o trabalho porque o trabalho ajuda muito o psicológico da gente, o trabalho ajuda muito (Jandira).

Eu melhorei muito também depois que eu comecei a trabalhar melhorei bastante que no dia, hoje mesmo que não saiu pra trabalhar pronto, a gente já fica “oxe, sexta feira aqui o dia todinho” a gente fica inquieta (Lúcia).

5.3 Amores venenosos

Esse tema entra em consonância com o estudo apresentado, pois vem colocar em questão a relação conjugal com o homem como muitas vezes difusora de violências. Violências essas que as levam ao sofrimento psíquico e que de acordo com Almeida (2001) as provocam a fazer parte do mundo da rua como os homens e ser capaz de cometer crimes, contradizendo a representação da mulher fraca e sensível.

A violência doméstica contra a mulher continua sendo o tipo de violência com maior incidência no âmbito de agressão contra as mulheres (WAISELFISZ, 2015) e esse fenômeno social é ainda mais evidente quando adentramos nos campos sociais mais vulneráveis:

Eu tava (sic.) oito meses de grávida, ficava só eu e o meu filho na minha barriga, aí, aquilo não era bom [choro] tive meu segundo filho e ele continuando naquela mesma vida, só viver bebendo, às vezes chegava até me espancar, e eu tinha saído de um sítio não conhecia muito a vida assim, na cidade, né? [...] quando ele tava (sic.) me espancando o irmão dele batia nele, ele bêbado (Jandira).

Quando nos questionamos sobre os motivos das mulheres entrarem no “mundo do crime”, nos deparamos com diversos fatores, porém, o tráfico de drogas continua sendo o crime que superlota as prisões femininas. Dados da Secretaria de Defesa Social de Alagoas apontam que em 2013, 55% das mulheres encarceradas no estado de Alagoas foram condenadas por tráfico de drogas.

Ao tratar sobre o tráfico de entorpecentes é notório como a mulher tem uma atuação de coadjuvante visto que o protagonista dessas situações são geralmente os homens e estes sempre estão ligados por laços afetivos seja como familiares ou companheiros. Desse modo, a mulher visando solucionar os problemas relacionados ao companheiro, fora da prisão, acaba entrando na rede de drogas deste (DUTRA, 2012).

Eu não sou uma pessoa ruim nunca fui só vivi com a pessoa errada e por isso cheguei aqui através de uma pessoa que já é, era errada e vivia no erro. Bia afirma ao nos relatar sobre sua relação com o marido envolvido no tráfico.

Percebe-se que as condições sociais contribuem com esses dados alarmantes, principalmente a pobreza e o abandono. Fatores como a falta de auxílio vindo do esposo para dividir as despesas e a baixa escolarização destas mulheres contribuem para a ideia da busca por sobrevivência através do contato com redes de traficantes de drogas, visto que este não necessita de grau de escolarização para admitir seus “funcionários”. No relato oral de Jandira, observamos que a violência doméstica contribuiu com sua passagem para a vida que a levou até a prisão:

Com o tempo veio o cansaço, né? De tudo, aí eu tomei uma decisão de não querer mais aquela vida de casada também, de violência, e levei a minha vida só, passei minha vida só, encarei outras coisas, era muito difícil. Terminei me envolvendo com o tráfico de droga [pausa] recebi propostas, que eu ia ganhar mais, do que o trabalho que eu tava.

Outra questão que abarca o sofrimento da mulher dentro do sistema penitenciário é o abandono conjugal. Ao nos apropriarmos dos dados, observamos que mais de 70% dos estabelecimentos prisionais femininos brasileiros permitem a visita íntima, contudo, somente 9,68% das presas recebem esse tipo de visita (CARTA CAPITAL, 2016). Esse dado é justificado muitas vezes pelo fato de que os homens não querem se dispor a passar por inspeções vexatórias ou porque preferem ter outra companheira dentro do “seu meio social”.

Essa problemática pode ser identificada na fala de uma das entrevistadas em relação ao seu cônjuge:

Eu vim fiquei presa fiz porta de entrada fiz todos os procedimentos e ele continuou me mantendo, mas depois de uns quatro meses ele arrumou outra pessoa não mandou mais a minha feira não mandou mais saber de notícias minhas e até hoje (Bia).

Compreende-se, então, a afirmação feita através de uma mulher encarcerada entrevistada por Queiroz (2015): a nossa sociedade é simplesmente (ainda) assim: a mulher é fiel ao homem e ele não é fiel à mulher.

5.4 A saída da prisão: a fase tão almejada

O sistema prisional é um ambiente determinado na vida da mulher, pois esta ao entrar nesse contexto penitenciário passa a apresentar uma nova identidade e acredita na fixação desse papel de presidiária e que irá marcar sua vida após sua saída da prisão (CUNHA, 1994). Isso não se refere apenas à esfera da mulher e sim geral. Além das diversas rupturas dos laços familiares e relações humanas, tal instituição estigmatiza mesmo pós-cárcere, impedindo seu regresso na vida social.

Percebe-se isso através da angústia citada por Jandira sobre sua nora, esposa de um preso:

Ela está desempregada, por ela ser mulher de preso ela arruma emprego quando

é depois que o pessoal descobre, sempre descobre você sabe, a pessoa vai conversando, aí quando descobre que é mulher de preso aí ela perde o emprego, aí ela fica sem trabalho, tem vezes que ela chega me abraça aí ela chora.

Compreende-se que esse estigma do criminoso é produzido através do dispositivo da criminalização a partir de seus diversos componentes e não somente dos atos criminosos (RAUTER, 2017).

De acordo com Foucault (1986) a prisão fabrica indiretamente delinquentes ao fazer sua família cair na miséria, a inteira à vacância e mediocridade. É com esse ponto de vista que a ameaça da perpetuação do crime pode virar realidade. Isso faz até com que muitas mulheres nem sequer crie uma perspectiva de futuro. Assim relata, também, Jandira em relação a si mesma:

Às vezes eu não sei como vai ser minha vida, às vezes eu fico pensando [pausa] não sei como é que vai ser. Você me pegou num dia que eu tô passando por uma situação difícil [choro] (Jandira).

Mesmo após o discurso de Jandira, podemos ver que em duas entrevistadas os sentimentos eram diferentes e bastantes positivos:

Eu já me sinto [gaguejando] preparada pra voltar para a sociedade e viver uma nova vida, construir tudo que eu perdi. Eu tenho direito a um emprego pelo sistema né porque eu sou sentenciada peguei onze anos e seis meses (Bia).

Eu quero sair daqui e continuar falando da minha história, da minha experiência, buscar emprego e fazer alguma coisa e receber um olhar porque eu sei que tem muita gente que precisa apenas dessa mão sabe? Eu vou escrever muitos livros, porque eu vou contar a minha história e de muitas outras que eu acho assim, quem sabe alguém ouvindo a minha história não tenha a oportunidade de parar [chorando] (Lúcia).

Esses sentimentos podem ser justificados como uma forma de se sobressair da realidade em que vivem, causando apropriação de esperança acerca do futuro.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante a importante revisão bibliográfica e a realização da pesquisa com as mulheres encarceradas no estado de Alagoas, pudemos perceber aspectos a serem debatidos como a questão afetiva dessas mulheres que sofrem uma ruptura significativa que podem não ser reconstruídas quando retornarem a sua liberdade, principalmente porque no estado de Alagoas não existe qualquer apoio estatal nesse sentido. Em relação ao campo do mercado de trabalho, nota-se que há um grande peso na desigualdade social principalmente porque o encarceramento favorece a reprodução do trabalho doméstico, não retirando a importância deste, mas se deve levar em consideração que a função reintegradora da pena privativa de liberdade é

baseada em um caráter educativo e toda sua legislação, seja ela internacional ou brasileira, e esta possui uma dimensão da formação e valorização humana pelo trabalho como guia das suas políticas de inserção social, onde mostra que é preciso buscar outras oportunidades de inclusão profissional além daquelas que são domésticas e que historicamente são marcadas como um lugar secundário no mundo do trabalho.

Vale ressaltar que a análise de conteúdo fora de grande valia como método para o estudo, uma vez que colher na íntegra o relato dessas mulheres resultou em abrir espaço para a comunicação, para a exploração das mensagens e para as informações que tanto buscávamos. Poder ouvir essas mulheres de forma aberta foi necessário não apenas para nós como pesquisadoras, mas para as próprias entrevistadas, visto que a necessidade de diálogo era perceptivelmente necessária para muitas.

Por fim, elaborar a análise do estudo ocasionou um sentimento dúbio: o de satisfação por encontrar os resultados esperados e o de insatisfação por visualizar que esses resultados carregam histórias, falas e vivências tristes. Visto isso, o que se espera com esse estudo é que ele possa incitar a realização de mais pesquisas relacionadas às mulheres encarceradas e que estas enquanto cidadãos e indivíduos possam ser mais visualizados. Que o Estado enquanto provedor de políticas públicas e como agente social, possa considerar a particularidade dessas mulheres dentro do espaço prisional, buscando promover um melhor ambiente para estas, tendo seus papéis focalizados principalmente na integridade psicofísica das apenadas

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Superintendência Geral de Administração Penitenciária (SGAP). **Evolução Carcerária Feminina em Alagoas: 2007 – 2013**. Alagoas: 2013.

ARTUR, T. A. **“Presídio de Mulheres”**: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 2009. Disponível em: <anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0925.pdf> Acesso em: 27 jul. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 23 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BRASIL. B. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias– **InfoPen Mulheres**. 2014. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudotraca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopenmulheres.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. B. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias– **InfoPen**, 2016. Disponível em <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CANDIDO, T. C. S. **Aprisionamento (s) de mulheres**: a domesticação dos corpos no sistema prisional feminino. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Acesso em: 19

abr. 2017. Disponível em: <<http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45988/41.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

COSTA, F. “**El delito y la pena en la historia de la filosofía**”; México; 1953; p.4. Acesso em: 07 ago. 2017.

COSTA, E. C. P. **Amor Bandido**: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. 2ª edição. Maceió: EDUFAL, 2008. p. 03.

CUNHA, M. I. P. **Malhas que a reclusão tece**: questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais. 1994. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5237/4/Malhas%20que%20a%20reclus%20tece.pdf>> Acesso em: 06 set. 2017.

DARKE, S. KARAM, M. L. Administrando o cotidiano da prisão no Brasil’, **Discursos Sediciosos**. pp.405-423. 2012. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2475441>> Acesso em: 24 ago. 2017.

DUTRA, T. C. A Criminalidade Feminina com Relação ao Tráfico de Drogas, Frente à Lei

11.343/061. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_2/thaise_dutra.pdf>. Acesso em: 06 set. 2017.

ESPINOZA, O. A Prisão Feminina desde um Olhar da Criminologia Feminista. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**. Pelotas, v.1, n. 1, p. 52, jan./dez. 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/98749865/A-Prisao-Feminina-Desde-Um-Olhar-Criminologia-Feminista>> Acesso em: 06 set. 2017.

FATTORELLI, M. M. **Direitos Humanos e seu não-lugar**: o cárcere e suas relações de poder e vulnerabilidade. Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2014/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR- Ma%C3%ADra%20Miranda%20Fattorelli.pdf> Acesso em: 24/08/2017.

FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos IV: **Estratégia, poder-saber**. 2ª edição, forense universitária, Rio de Janeiro, 2010. p. 162.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Editora Perspectiva S.A. São Paulo, 1978. p. 90.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: **Nascimento da Prisão**. 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1986.

GIACÓIA, G; HAMMERSCHIMIDT, D; FUENTES, P. O. A prisão e a condição humana do recluso. **Revista Argumenta**: UENP. nº 15. pp. 131 – 161. 2011. Disponível em: <seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/download/202/201> Acesso em: 08 ago. 2017.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1961. Institute for Criminal Policy Research. **World Female Imprisonment List**. World Prison Brief. Londres, 2016. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4t_h_edn_v4_web.pdf> Acesso em: 27 dez. 2017.

PIMENTEL, E. **As mulheres e a vivência pós-cárcere**. Maceió: EDUFAL, 2015.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras. Editora Record, 1ª edição. Rio de Janeiro, 2015.

RAUTER, C. Clínica e Estratégias de Resistência: **Perspectivas para o trabalho de psicólogos em prisões**. Psicologia e Sociedade. pp. 42-47. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a06v19n2>> Acesso em: 28 out. 2017.

SANTOS, H. F. É urgente regulamentar a visita íntima das presas em nível nacional. **Carta Capital**. Publicado em 2 de junho de 2016. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/02/e-urgente-regulamentar-a-visita-intima-das-presas-em-nivel-nacional/>> Acesso em: 02 de nov. de 2017.

SANTOS, M. G.; SILVEIRA, T. E. S. O uso crescente das drogas e o processo de criminalização da pobreza. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Minas Gerais, 2013 Disponível em:< <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/O%20USO%20CRESCENTE%20DAS%20DROGAS%20E%20O%20PROCESSO%20DE%20CRIMINALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20POBREZA.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2017.

SOBREIRA, V. C. **Regime Disciplinar Diferenciado: constitucional ou inconstitucional?** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/viniciussobreira.pdf> Acesso em: 08 ago. 2017.

TORRES, L. R. **Racismo gendrado e o sistema penal Brasileiro**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27900/27900.PDF>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Acesso em: 06 mar. 2017. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf >.

WASELFISZ, J, J. Mapa da violência 2015: **Homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª edição, Distrito Federal, 2015. Acesso em: 13 nov. 2017. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 83, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194

Autobiografia 186, 190, 192

B

Bio-Tanatopolítica 152, 157

C

Câmara dos Deputados 89, 94, 112, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 177

Cidadania 16, 22, 23, 24, 25, 46, 47, 63, 92, 132, 133, 135, 138, 145, 158

Cultura 4, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 51, 53, 54, 55, 59, 60, 65, 68, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 117, 137, 148, 153, 160, 170, 171, 188, 191, 195

D

Direito à cidade 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138

E

Educação 7, 9, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 38, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 77, 82, 95, 97, 98, 99, 111, 127, 131, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 185, 195

Educação Especial 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150

F

Fé 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 184

Feminismo 67, 68, 77, 79, 85, 99, 169, 172, 184

G

Gênero 1, 4, 6, 8, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 91, 97, 98, 99, 116, 130, 136, 137, 138, 139, 147, 153, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 191, 193

Georg Simmel 67, 68

H

História 3, 4, 12, 14, 28, 35, 36, 37, 47, 56, 64, 66, 71, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 100, 101, 104, 105, 110, 111, 117, 133, 138, 157, 158, 162, 171, 174, 175, 182, 184, 186, 187, 194, 195

HIV/Aids 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36

Homossexualidade 161, 162, 169, 186

I

Inclusão 13, 30, 63, 65, 93, 117, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 154, 157, 159, 165, 169, 181

Invisibilidade 1, 35, 83, 138

J

Judith Butler 67, 68, 191

L

Literatura pós-colonial 79, 84

Lutas feministas 129, 133

M

Mães 79, 80, 82, 83, 86, 88

Masculinidade hegemônica 20, 67, 70, 73, 75, 76

Morro da Conceição 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

Movimentos Sociais 98, 132, 137, 138, 152, 165, 175, 183, 185

Mulher 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 22, 25, 32, 33, 51, 52, 66, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 91, 92, 93, 95, 97, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 160, 162, 163, 164, 170, 171, 172, 174, 179

Mulheres na cidade 129, 130, 133, 135

N

Narrativa 163, 173, 186

Necropolítica 152

P

Poder Legislativo 112, 127

Prisão 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 41, 42, 43, 113, 163

R

Representação política 90, 93, 94, 97, 99, 112, 116, 128, 185

Representação política de minorias 112

S

Sala de Recursos 140, 146, 150

Sexualidade 22, 35, 36, 37, 77, 157, 160, 167, 169, 171, 172, 174, 176, 180, 183, 186, 192, 193, 194, 195

Sorodiferença 28, 29, 31, 32

T

Teoria Queer 67, 68, 71

Territorialização Perversa 38

Trânsito 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26

Transvestigeneres 152, 169, 172, 176, 179, 181

U

Uso de Drogas 38, 39

V

Violência 1, 7, 10, 11, 15, 22, 23, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 52, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 87, 97, 134, 135, 137, 139, 153, 159, 163, 166, 186, 191

Violência de gênero(s) 52, 67, 68, 69, 73, 75

 **Atena**
Editora

2 0 2 0